

NEWSLETTER DIGESTO N.º 23/2017

Disponibilização: 20 de novembro de 2017

Período abrangido: 6 a 17 de novembro de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Agricultura, Caça e Pescas
 - Agricultura, Agropecuária e Florestas
 - Vitivinicultura
2. Ambiente e Proteção Animal
3. Cidadãos com Necessidades Especiais
4. Consumidores
5. Educação
6. Empreendedorismo
7. Emprego e Segurança Social
8. Empresas
9. Energia
10. Finanças
 - Banca, Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
 - Contribuições e Impostos
 - Valores Mobiliários
11. Governo
12. Habitação
13. Indústria
14. Justiça
15. Negócios Estrangeiros
16. Regiões Autónomas
 - Madeira
17. Saúde
18. Transportes e Comunicações
19. Turismo

Transposição de Diretivas

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E FLORESTAS

[Decreto Regulamentar n.º 9-A/2017, de 3 de novembro](#) (Administração Interna)

Regulamenta a Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, que cria um sistema de informação cadastral simplificada, adotando medidas para a imediata identificação da estrutura fundiária e da titularidade dos prédios rústicos e mistos, e cria o Balcão Único do Prédio.

[Decreto-Lei n.º 135-C/2017, de 3 de novembro](#) (Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Cria a «Linha de crédito garantida para parqueamento de madeira queimada de resinosas», destinada a apoiar os operadores das fileiras silvoindustriais que instalem parques de receção de madeira queimada de resinosas proveniente das regiões mais afetadas pelos incêndios florestais de 2017.

[Portaria n.º 335/2017, de 6 de novembro](#) (Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Define as regras para o pagamento da indemnização por danos causados diretamente pela ação do lobo-ibérico.

[Despacho n.º 9716-A/2017, de 7 de novembro](#) (Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Homologa a estrutura tipo da Ficha de Identificação de Necessidades de Intervenção de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio, que consta em anexo.

[Despacho n.º 9728/2017, de 8 de novembro](#)

(Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Ministros do Ambiente e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Fixa os valores máximos de indemnização por animal por danos causados pelo lobo ibérico.

[Portaria n.º 342-A/2017, de 9 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece um regime especial da tipologia de intervenções específicas e dos níveis e limites de apoio, em derrogação do disposto no n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, que estabelece o regime do apoio 6.2.2, «Restabelecimento do potencial produtivo», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

[Portaria n.º 343/2017, de 10 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera a Portaria n.º 324-A/2016, de 19 de dezembro, que estabelece o regime de aplicação das operações n.ºs 2.2.1, «Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal», 2.2.2, «Apoio à criação de serviços de aconselhamento» e 2.2.3, «Apoio à formação de conselheiros», inseridas na ação n.º 2.2, «Aconselhamento», da medida n.º 2, «Conhecimento», integrada na área n.º 1, «Inovação e conhecimento», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

[Despacho n.º 9813-A/2017, de 10 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Reconhece como catástrofe natural o conjunto de incêndios deflagrados no decurso do mês de setembro de 2017, nos municípios identificados em anexo ao presente despacho e concede um apoio à reconstituição ou reposição do potencial produtivo das explorações agrícolas danificadas, por efeito da catástrofe natural reconhecida, nos ativos fixos tangíveis e ativos biológicos do seu capital produtivo.

[Despacho n.º 9865-A/2017, de 14 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Determina que o presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., deve estabelecer, a título excepcional, medidas alternativas ou complementares previstas no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, no sentido de não permitir o abate de coníferas hospedeiras, sem sintomas de declínio, na zona tampão e nos locais de intervenção reconhecidos nos termos do mesmo diploma, localizados nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

[Despacho n.º 9896-B/2017, de 15 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Reconhece como catástrofe natural, nos termos e para os efeitos do disposto na Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, o conjunto de incêndios deflagrados no decurso do dia 15 de outubro de 2017, nos municípios constantes do anexo.

[Despacho n.º 9935-A/2017, de 16 de novembro](#)

(Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.)

Determina que não é permitido o abate de coníferas hospedeiras, sem sintomas de declínio, na zona tampão e nos locais de intervenção reconhecidos nos termos do Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, localizados nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, listados no portal do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P..

- VITIVINICULTURA

[Portaria n.º 347/2017, de 13 de novembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Define as regras complementares aplicáveis, no âmbito nacional, ao apoio comunitário previsto no artigo 45.º do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, para o período 2019-2023, relativamente à promoção de vinhos em mercados de países terceiros.

2. AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

[Despacho n.º 9727/2017, de 8 de novembro](#)

(Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Ministros do Ambiente e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Aprova o Plano de Ação para a Conservação do Lobo-Ibérico em Portugal (PACLobo).

[Despacho n.º 9774/2017, de 9 de novembro](#)

(Ambiente - Gabinete do Ministro)

Altera o Despacho n.º 538-B/2017, de 9 de janeiro, que define o plano anual de atribuição de apoios e utilização das receitas do Fundo Ambiental.

[Despacho n.º 9896-A/2017, de 15 de novembro](#)

(Ambiente - Gabinete do Ministro)

Determina que a Águas do Norte, S. A., deve fornecer água para consumo humano aos municípios de Viseu, Mangualde e Nelas, até ao limite de 10 000 metros cúbicos (m3) por dia, através de camiões-cisterna ou outro meio móvel.

3. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[Portaria n.º 342/2017, de 9 de novembro](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Estabelece os critérios, limites e rácios necessários à execução do Decreto-Lei n.º 129/2017, de 9 de outubro, que instituiu o Programa «Modelo de Apoio à Vida Independente» MAVI.

4. CONSUMIDORES

[Decreto-Lei n.º 137/2017, de 8 de novembro](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de géneros alimentícios, organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais, embalagens de aerossóis, elaboração de estratégias marinhas, segurança de brinquedos e utilização de certas substâncias em vidros.

Altera o Decreto-Lei n.º 304/98, de 10 de julho (sobre os solventes de extração utilizados no fabrico de géneros alimentícios e dos respetivos ingredientes), transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/1855 da Comissão, de 19 de outubro de 2016.

Altera o Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro (que atualiza o regime fitossanitário que cria e define as medidas de proteção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário, incluindo nas zonas protegidas, de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais qualquer que seja a sua origem ou proveniência), transpondo a Diretiva de Execução (UE) n.º 2017/1279 da Comissão, de 14 de julho de 2017.

Altera o Decreto-Lei n.º 61/2010, de 9 de junho (que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado das embalagens aerossóis), transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/2037 da Comissão, de 21 de novembro de 2016.

Altera o Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro (que estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020), transpondo a Diretiva (UE) n.º 2017/845 da Comissão, de 17 de maio de 2017.

Altera o Decreto-Lei n.º 43/2011, de 24 de março (que estabelece as regras de segurança dos brinquedos disponibilizados no mercado), transpondo a Diretiva (UE) n.º 2017/738 do Conselho, de 27 de março de 2017, a Diretiva (UE) n.º 2017/774 da Comissão, de 3 de maio de 2017, e a Diretiva (UE) n.º 2017/898 da Comissão, de 24 de maio de 2017.

Altera o Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho (que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos), transpondo a Diretiva Delegada (UE) n.º 2017/1009 da Comissão, de 13 de março de 2017, a Diretiva Delegada (UE) n.º 2017/1010 da Comissão, de 13 de março de 2017, e a Diretiva Delegada (UE) n.º 2017/1011 da Comissão, de 15 de março de 2017.

5. EDUCAÇÃO

[Portaria n.º 336/2017, de 7 de novembro](#) (Educação)

Cria o certificado «Passe Jovem», constituindo este Passe Jovem um instrumento de registo de participação, de reconhecimento e validação de aprendizagens desenvolvidas por jovens, em processos e atividades do domínio da educação não formal, fora do contexto escolar.

[Portaria n.º 350-A/2017, de 14 de novembro](#) (Educação)

Estabelece as medidas de apoio educativo a prestar a crianças e jovens com doença oncológica.

6. EMPREENDEDORISMO

[Portaria n.º 344/2017, de 13 de novembro](#) (Administração Interna e Economia)

Define, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 60.º e no n.º 4 do artigo 89.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, o regime de certificação aí previsto de incubadoras com vista ao acolhimento de estrangeiros empreendedores que pretendam desenvolver um projeto de empreendedorismo e/ou inovação em Portugal.

7. EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

[Portaria n.º 347-A/2017, de 13 de novembro](#) (Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios imediatos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 167-B/2017, de 2 de novembro, destinados às populações e empresas afetadas pelos incêndios ocorridos no dia 15 de outubro de 2017.

8. EMPRESAS

[Decreto-Lei n.º 135-B/2017, de 3 de novembro](#) (Planeamento e das Infraestruturas)

Aprova o Sistema de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas, com o objetivo de recuperação dos ativos empresariais afetados pelos incêndios ocorridos no dia 15 de outubro de 2017 nas regiões Centro e Norte.

[Portaria n.º 340/2017, de 8 de novembro](#) (Planeamento e das Infraestruturas e Economia)

Altera o Regulamento de Gestão dos Reembolsos dos Sistemas de Incentivos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), aprovado pela Portaria n.º 263/2014, de 16 de dezembro.

9. ENERGIA

[Portaria n.º 348/2017, de 14 de novembro](#) (Economia)

Estabelece o regime equiparado ao das tarifas transitórias ou reguladas de que podem beneficiar os clientes finais com contrato de fornecimento de eletricidade com um comercializador em regime de mercado, nos termos do Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de março.

[Despacho n.º 9955/2017, de 17 de novembro](#) (Economia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Determina que os valores dos parâmetros decorrentes da Portaria n.º 225/2015, de 30 de julho, sejam os constantes no presente despacho.

10. FINANÇAS

- **BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS**

[Portaria n.º 343-A/2017, de 10 de novembro](#)
(Finanças)

Estabelece o procedimento para a concessão das garantias do Estado ao abrigo da Lei n.º 69/2017, de 11 de agosto, que regula os fundos de recuperação de créditos.

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Decreto-Lei n.º 141/2017, de 14 de novembro](#)
(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Aprova várias medidas de apoio temporário destinadas aos contribuintes com domicílio fiscal, sede ou estabelecimento nos concelhos afetados pelos incêndios de 15 de outubro.

- **VALORES MOBILIÁRIOS**

[Instrução n.º 2/2017, de 7 de novembro](#)
(Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.)

Aprova os procedimentos relativos à abertura e movimentação das contas de Certificados do Tesouro Poupança Mais e à sua transmissão.

[Instrução n.º 3/2017, de 7 de novembro](#)
(Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.)

Aprova os procedimentos relativos à abertura e movimentação das contas de Certificados de Aforro e à sua transmissão.

[Instrução n.º 4/2017, de 7 de novembro](#)

(Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.)

Aprova os procedimentos relativos à abertura e movimentação das contas de Certificados do Tesouro e à sua transmissão.

[Aviso n.º 13466-A/2017, de 10 de novembro](#)

(Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.)

Torna público que foi determinada a emissão de uma série de Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável («OTRV Dezembro 2022») e publica as respetivas condições gerais.

11. GOVERNO

[Decreto-Lei n.º 138/2017, de 10 de novembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera o Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprova a orgânica do XXI Governo Constitucional.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/2017, de 13 de novembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera o Regimento do Conselho de Ministros do XXI Governo Constitucional, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 95-A/2015, de 17 de dezembro.

12. HABITAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 142/2017, de 14 de novembro](#)
(Planeamento e das Infraestruturas)

Aprova o Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente, que visa a concessão de apoio às pessoas singulares e aos agregados familiares cujas habitações permanentes foram danificadas ou destruídas pelos incêndios de grandes dimensões que ocorreram no dia 15 de outubro de 2017.

13. INDÚSTRIA

[Portaria n.º 333-B/2017, de 3 de novembro](#)
(Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Economia)

Regulamenta o Decreto-Lei n.º 120/2017, de 15 de setembro, que altera o regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias, aprovado pela Lei n.º 98/2015, de 18 de agosto.

14. JUSTIÇA

[Parecer n.º 35/2016-C, de 7 de novembro de 2017](#)
(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Publica Parecer sobre a Aplicabilidade ou não aos Inspetores da Inspeção-Geral da Educação e Ciência do disposto no artigo 2.º, n.º 2, da Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro, que estabelece medidas de proteção de menores.
(Este parecer foi homologado por despacho do Ministro da Educação e por despacho do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)

[Deliberação n.º 988/2017, de 9 de novembro](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.)

Informa sobre os procedimentos atinentes ao cumprimento da obrigação de proceder à comunicação de início de atividade e das transações imobiliárias efetuadas, prevista na Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 7/2017, de 16 de novembro](#)

(Supremo Tribunal Administrativo)

Uniformiza/confirma a jurisprudência do STA, nos seguintes termos:

“Só a condenação, com trânsito em julgado, pode obstar à aquisição da nacionalidade. Se a condenação não se verificava à data em que foi instaurada pelo MP a oposição à aquisição de nacionalidade, constituindo mera circunstância de verificação futura incerta e eventual, a oposição à aquisição da nacionalidade com o fundamento previsto na alínea b), do artigo 9.º da Lei da Nacionalidade sempre teria que improceder, não sendo de aplicar o regime da suspensão da instância previsto no n.º 1 do art.º 272.º do Código do Processo Civil.”.

[Acórdão \(extrato\) n.º 338/2017, de 16 de novembro](#)

(Tribunal Constitucional)

Decide não conhecer do recurso de legalidade, interposto ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 70.º da Lei do Tribunal Constitucional; não julgar inconstitucional a interpretação normativa, extraída dos artigos 20.º, n.os 6, 7 e 8, e 50.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, segundo a qual, os docentes do ensino politécnico que adquiriram a categoria de professor adjunto por força dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto, na redação conferida pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, não passam, durante o ano de 2012, a auferir concomitantemente o vencimento correspondente à categoria adquirida.

[Acórdão \(extrato\) n.º 379/2017, de 16 de novembro](#)
(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma extraída dos n.ºs 1 e 2 da Portaria n.º 611/2008, de 2 de maio, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Ministro das Finanças e Administração Pública e do Ministro da Defesa Nacional, conjugada com n.º 13 do Despacho n.º 4182/2008, de 18 de fevereiro, do Ministro das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional, que revogou a remuneração adicional e demais abonos previstos no n.º 5 da Portaria n.º 1157/2004, de 22 de outubro, dos Ministros de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, das Finanças e da Administração Pública e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, substituindo-os pelo abono de ajudas de custos fixado naquele Despacho, com efeitos a partir de 1 de julho de 2008.

[Acórdão \(extrato\) n.º 382/2017, de 16 de novembro](#)
(Tribunal Constitucional)

Decide julgar inconstitucional o artigo 63.º, n.º 1, alínea d), da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, interpretado no sentido de a medida de apoio para a autonomia de vida que se mantém em vigor durante a maioridade do seu beneficiário, a fim de permitir que este conclua a sua formação profissional ou académica, cessa necessariamente quando o mesmo complete os 21 anos de idade.

15. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Portaria n.º 352/2017, de 16 de novembro](#)
(Negócios Estrangeiros, Finanças, Educação e Economia)

Aprova as percentagens do mecanismo de correção cambial criado pelo Decreto-Lei n.º 35-B/2016, de 30 de junho, para o segundo semestre de 2017.

16. REGIÕES AUTÓNOMAS

- MADEIRA

[Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2017/M, de 7 de novembro](#)
(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Aprova a organização e funcionamento do XII Governo Regional da Madeira.

17. SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 140/2017, de 10 de novembro](#)
(Saúde)

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 528/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de maio de 2012, relativo à disponibilização no mercado e à utilização de produtos biocidas.

[Portaria n.º 351/2017, de 15 de novembro](#)
(Saúde)

Determina que os medicamentos destinados ao tratamento de doentes com doença de Crohn ou colite ulcerosa são comparticipados a 100%, nos termos da presente portaria.

[Despacho n.º 9879/2017, de 15 de novembro](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Determina a cessação da obrigatoriedade de aquisição, pelas entidades do Serviço Nacional de Saúde, de genéricos ou biossimilares equivalentes aos previstos nos anexos aos Despachos n.º 2326/2017, n.º 9586/2016 e n.º 10858/2015, e prevista no n.º 2 dos referidos despachos, ao abrigo dos contratos públicos de aprovisionamento, a partir da data em que sejam publicitados pelo INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde medicamentos comparticipados ou com decisão de avaliação prévia genéricos ou biossimilares equivalentes aos previstos nos anexos aos despachos referidos.

[Portaria n.º 353/2017, de 16 de novembro](#)

(Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde)

Atualiza a tabela de preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e de ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

18. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

[Lei n.º 107/2017, de 10 de novembro](#)

(Assembleia da República)

Altera, por apreciação parlamentar, o Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, que atribui ao município de Lisboa a assunção plena das atribuições e competências legais no que respeita ao serviço público de transporte coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, transfere a posição contratual detida pelo Estado no Contrato de Concessão de Serviço Público celebrado com a Carris, e transmite a totalidade das ações representativas do capital social da Carris do Estado para o município de Lisboa.

19. TURISMO

[Despacho Normativo n.º 19/2017, de 7 de novembro](#)

(Economia - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo)

Altera o Despacho Normativo n.º 9/2016, de 28 de outubro, que aprova o programa de apoio ao investimento na qualificação do destino turístico Portugal (Programa Valorizar), o Despacho Normativo n.º 16/2016, de 30 de dezembro, que cria a Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, o Despacho Normativo n.º 9/2017, de 9 de agosto, que cria um modelo excecional de apoio a concelhos afetados pelos incêndios tendo em vista a recuperação, regeneração e reabilitação dos territórios atingidos e a valorização turística do património cultural e natural dos mesmos, e o Despacho Normativo n.º 11/2016, de 28 de outubro, que aprova a linha de apoio ao investimento em projetos de turismo acessível.

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

Decreto-Lei n.º 137/2017, de 8 de novembro (Presidência do Conselho de Ministros)

Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de géneros alimentícios, organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais, embalagens de aerossóis, elaboração de estratégias marinhas, segurança de brinquedos e utilização de certas substâncias em vidros.

Altera o Decreto-Lei n.º 304/98, de 10 de julho (sobre os solventes de extração utilizados no fabrico de géneros alimentícios e dos respetivos ingredientes), transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/1855 da Comissão, de 19 de outubro de 2016.

Altera o Decreto-Lei n.º 154/2005, de 6 de setembro (que atualiza o regime fitossanitário que cria e define as medidas de proteção fitossanitária destinadas a evitar a introdução e dispersão no território nacional e comunitário, incluindo nas zonas protegidas, de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais qualquer que seja a sua origem ou proveniência), transpondo a Diretiva de Execução (UE) n.º 2017/1279 da Comissão, de 14 de julho de 2017.

Altera o Decreto-Lei n.º 61/2010, de 9 de junho (que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado das embalagens aerossóis), transpondo a Diretiva (UE) n.º 2016/2037 da Comissão, de 21 de novembro de 2016.

Altera o Decreto-Lei n.º 108/2010, de 13 de outubro (que estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020), transpondo a Diretiva (UE) n.º 2017/845 da Comissão, de 17 de maio de 2017.

Altera o Decreto-Lei n.º 43/2011, de 24 de março (que estabelece as regras de segurança dos brinquedos disponibilizados no mercado), transpondo a Diretiva (UE) n.º 2017/738 do Conselho, de 27 de março de 2017, a Diretiva (UE) n.º 2017/774 da Comissão, de 3 de maio de 2017, e a Diretiva (UE) n.º 2017/898 da Comissão, de 24 de maio de 2017.

Altera o Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho (que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos), transpondo a Diretiva Delegada (UE) n.º 2017/1009 da Comissão, de 13 de março de 2017, a Diretiva Delegada (UE) n.º 2017/1010 da Comissão, de 13 de março de 2017, e a Diretiva Delegada (UE) n.º 2017/1011 da Comissão, de 15 de março de 2017.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão